

Dia mundial do professor 2018

A democracia precisa nascer de novo em cada geração e a educação é a parteira

– John Dewey

Na linha de frente pela democracia

25 lições aprendidas sobre educação e democracia

A Internacional da Educação faz 25 anos



Education International
Internationale de l'Éducation
Internacional de la Educación
BildungsInternationale

1. **Educar** para a democracia
2. **Estimular** o pensamento crítico
3. **Formar** cidadãos do mundo
4. **Não ser** um obediente servidor do estado
5. **Ter consciência** da fina linha que separa o patriotismo e o nacionalismo
6. **Promover** a igualdade de gênero, a diversidade e a inclusão
7. **Proteger** o direito a aprender na própria língua materna
8. **Romper** as bolhas da Internet e valorizar a privacidade
9. **Adotar** com prudência as novas tecnologias
10. **Questionar** as provas padronizadas
11. **Fazer** com que as escolas sejam santuários de aprendizagem seguros
12. **Recusar-se** a portar armas ou usar distintivos policiais
13. **Opor-se** à segregação
14. **Não negar** às crianças sem documentos o acesso à escola
15. **Lutar** contra a discriminação por motivos de gênero, religião, etnia, deficiência, antecedentes sociais e orientação sexual
16. **Desenvolver** resiliência quando a desigualdade cala as vozes
17. **Abrir** a escola à comunidade
18. **Proteger** a educação em prol do bem comum
19. **Manter** o mercado a uma distância segura
20. **Não permitir** que os políticos interfiram na sala de aula
21. **Fazer valer** seus direitos
22. **Proteger** suas organizações e instituições democráticas
23. **Defender** e ampliar seus direitos de negociação coletiva
24. **Insistir** na aplicação das normas internacionais
25. **Ter orgulho** de sua profissão

25 lições aprendidas sobre educação e democracia

1. Educar para a democracia

A democracia e os direitos humanos não são um dom da natureza. Os valores subjacente devem ser repassados às gerações futuras. Esta é a cláusula que não está escrita na missão da profissão docente em nível mundial. Os métodos pedagógicos e didáticos impregnados de valores democráticos deveriam fundamentar toda a docência, independentemente da disciplina. Trata-se de um enorme desafio, especialmente nos países não democráticos, onde às vezes se exige que os educadores cumpram os objetivos ideológicos ou religiosos estabelecidos pelo estado; mas também nos países nos quais se espera que os sistemas educacionais deem resposta em primeiro lugar e fundamentalmente às necessidades dos mercados e da economia ao educar os futuros consumidores, o que deixa pouco tempo e espaço para que os educadores possam contribuir para formar cidadãos responsáveis. Educar para a democracia exige que os educadores estejam devidamente capacitados, qualificados e que gozem da liberdade profissional necessária para realizar esta tarefa”.

2. Estimular o pensamento crítico

A habilidade de pensar de maneira crítica é uma capacidade e uma competência fundamental para a democracia. Sem essa habilidade, o indivíduo submete-se ao controle e à manipulação por parte de outros. Isto requer um currículo amplo e pedagógicas que cultivem a responsabilidade, a imaginação e a criatividade dos estudantes, conforme estipula o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4, Meta 4.7, da ONU.

3. Formar cidadãos do mundo

O mundo muda rapidamente e as escolas devem evoluir para preparar os jovens para entender o mundo no qual vivem, em toda sua complexidade, para reconhecer a maneira na qual estão interrelacionados os assuntos mundiais e locais, para entender a globalização e suas consequências, entre elas os riscos mundiais, e para ter as habilidades e a vontade necessárias para contribuir a melhorar o mundo. Ser “cidadãos do mundo” não significa abandonar as lealdades nacionais, as identidades étnicas ou as convicções políticas. Pelo contrário, um cidadão do mundo também é um “cidadão nacional” engajado, que equilibra e integra os âmbitos local, nacional e internacional.

4. Não ser um obediente servidor do estado

Embora a responsabilidade de financiar a educação e fixar os objetivos educacionais recaia sobre as autoridades públicas, os educadores sempre devem utilizar seu critério profissional para questionar e rejeitar as diretrizes curriculares que contradizem os fatos, falsificam a história, geram xenofobia e ódio ou estão em conflito com as normas internacionais em matéria de direitos humanos. Há uma responsabilidade ética e profissional que pode estar por cima da autoridade dos empregadores da educação, ou mesmo dos governos, quando estes renunciam à democracia e aos direitos humanos.

5. Ter consciência da fina linha que separa o patriotismo e o nacionalismo

O patriotismo pode ser positivo na medida em que enfatiza os valores positivos de uma nação e não se baseia na divisão. No entanto, o termo muitas vezes é distorcido e confundido. A linha que separa o patriotismo e o nacionalismo pode ser difícil de definir. O nacionalismo tende a designar-se a si mesmo por oposição a outros e cai facilmente no chovinismo e no nativismo, que são um terreno fértil para a discriminação e outras práticas antidemocráticas. Nos países nos quais o populismo de direita está aumentando, as escolas e os educadores podem sentir-se pressionados a refletir sentimentos nacionalistas nos currículos.

6. Promover a igualdade de gênero, a diversidade e a inclusão

A igualdade de gênero, a diversidade e a inclusão começam nas escolas e nas salas de aula. Tornar esses valores realidade impulsionará o desenvolvimento democrático. “Igualdade de gênero” significa, segundo a UNICEF, que “mulheres e homens, meninas e meninos, gozem dos mesmos direitos, recursos, oportunidades e proteções. Não requer que meninas e meninos, homens e mulheres sejam a mesma coisa ou que sejam tratados exatamente igual”. A “diversidade” consiste em levar em consideração as diferenças entre as pessoas e os grupos de pessoas e valorizar de maneira positiva essas diferenças, enquanto que a “inclusão” consiste em garantir que todo mundo, independentemente de gênero, raça ou

antecedentes, possa e tenha a oportunidade de participar. Se a igualdade é o objetivo final, a equidade, que se define como a qualidade de ser justo e imparcial, é o meio para atingi-la. Embora em muitos países tenham sido feitos grandes progressos com vistas a conseguir um acesso igualitário aos recursos e oportunidades, ainda existem muitos lugares nos quais a ignorância, os preconceitos ou a indiferença impedem que as meninas e as minorias recebam um tratamento justo e imparcial. Os sistemas educacionais públicos, quando são financiados de maneira adequada, são o instrumento social mais eficaz para eliminar as barreiras à igualdade, à diversidade e à inclusão, onde os educadores profissionais podem criar um ambiente de aprendizagem que permita alcançar esses mesmos valores na sala de aula.

7. Proteger o direito a aprender na própria língua materna

A língua, a cultura e a etnia encontram-se profundamente vinculadas. Também estão vinculadas à desigualdade, à discriminação e ao conflito. As forças antidemocráticas frequentemente atacam as minorias linguísticas. Em 2007, a Organização das Nações Unidas exortou os Estados membros a “promoverem a preservação e proteção de todos os idiomas empregados pelos povos do mundo”. Ignorar esse apelo e negar aos povos indígenas o direito de ensinar e aprender em sua própria língua é uma forma de opressão imprópria das sociedades democráticas. Além disso, as crianças cuja primeira língua não é a língua de instrução na escola têm mais probabilidade de abandonar a escola ou fracassar nos primeiros anos de escolaridade. A pesquisa demonstrou que a primeira língua das crianças é a ideal para a alfabetização e a aprendizagem ao longo do ensino fundamental. No entanto, aprender e dominar a língua oficial de uma nação, seja como língua principal ou secundária, deveria ser sempre um objetivo obrigatório que deve ser alcançado após a finalização da trajetória escolar.

8. Romper as bolhas da Internet e valorizar a privacidade

A internet oferece enormes benefícios, mas também implica em riscos. Coloca à disposição informações verdadeiras, mas também informações falsas, instantaneamente e em nível mundial. É importante que os jovens aprendam a utilizar a internet para se beneficiarem dela, mas também devem aprender a filtrar as falsidades e a utilizá-la de maneira responsável nas redes sociais. Em muitas escolas, o assédio virtual tornou-se uma praga. Por outro lado, levanta questões relacionadas à privacidade. As atividades na Internet encontram-se dominadas por algumas poucas corporações gigantes e o controle democrático sobre a coleta e utilização dos dados é escasso ou inexistente, enquanto que, em alguns lugares, as autoridades públicas estão coletando e armazenando com entusiasmo dados pessoais sem se importarem muito por estar invadindo a privacidade de seus cidadãos.

9. Adotar com prudência as novas tecnologias

As novas tecnologias proporcionam ferramentas valiosas para melhorar o ensino e a aprendizagem. Podem aumentar as oportunidades de educação dos estudantes e ajudar os educadores a melhorar os processos de aprendizagem. Mas também existem alguns riscos, entre eles um agressivo mercado tecnológico que determina o que deve ser aprendido e como se deve ensinar. A “robotização” do ensino não é apenas uma ilusão em alguns círculos tecnológicos. As autoridades públicas podem sentir-se atraídas por esta ideia por motivos econômicos. Não obstante, implementar e desenvolver as competências democráticas, motivar os alunos e influir em seus comportamentos e atitudes depende, em grande parte, das interações humanas entre o aluno e o educador. As novas tecnologias não podem substituir as funções mais relevantes dos docentes capacitados e competentes.

10. Questionar as provas padronizadas

Em um número cada vez maior de países, a expansão e a dependência das provas padronizadas e outras técnicas afins têm deslocado os processos educacionais necessários para desenvolver o pensamento crítico e transmitir os valores democráticos. É dada maior importância às pontuações que à aprendizagem, tende-se a restringir o alcance do ensino e da aprendizagem e os sistemas educacionais são transformados em mercados competitivos. Fazer provas é importante – quando são usadas como uma ferramenta de diagnóstico dos docentes para ajudar os estudantes a melhorar seu desempenho escolar,

não como um instrumento dos governos para avaliar o desempenho dos educadores e das escolas.

11. Fazer com que as escolas sejam santuários de aprendizagem seguros

As escolas foram objeto de ataques em guerras e terrorismo. Nas zonas de conflito em todo o mundo, os estudantes e os professores foram vítimas de ataques violentos enquanto estavam na escola. Em outras partes do mundo, as escolas e as universidades nem sempre foram “santuários seguros”. Os trágicos tiroteios que ocorreram em escolas dos Estados Unidos e Europa expuseram a vulnerabilidade das instituições educacionais, especialmente nos países que não contam com um controle adequado das armas. Porém, as escolas não apenas precisam de proteção contra a violência proveniente do exterior. São igualmente importantes as políticas e as medidas das próprias escolas destinadas a proibir a violência por parte dos estudantes e a criar um ambiente de aprendizagem seguro que proteja os estudantes contra a intolerância e a intimidação.

12. Recusar-se a portar armas ou usar distintivos policiais

Os educadores não devem portar armas. A presença de armas nas escolas não contribui para criar um ambiente de aprendizagem seguro. Também não fomenta a confiança mútua entre os estudantes e os educadores, que é uma condição importante para o sucesso do ensino e da aprendizagem. Os educadores não são agentes encarregados de fazer cumprir a lei. Não é tarefa sua transmitir informações sobre seus estudantes aos organismos encarregados de fazer cumprir a lei, a menos que a segurança escolar esteja em perigo.

13. Opor-se à segregação

“Um país que educa suas crianças juntas tem mais possibilidades de estar em paz consigo mesmo que aquele que segrega outras partes da população desde a infância”. Manter as crianças separadas, a menos que seja com o objetivo de prestar um atendimento particular aos estudantes com necessidades especiais, cria desigualdade, reforça, em lugar de superar, as barreiras à coesão social e gera problemas para a instauração da democracia.

14. Não negar às crianças sem documentos o acesso à escola

O direito a uma educação primária e secundária gratuita é universal. A nenhuma criança deveria ser negado esse direito, nem mesmo os menores sem documentos. As crianças, independentemente de sua situação jurídica, devem ter acesso à escolarização do mesmo modo que aos serviços de atendimento de saúde.

15. Lutar contra a discriminação por motivos de gênero, religião, etnia, deficiência, antecedentes sociais e orientação sexual

A discriminação baseia-se muitas vezes no medo e na intolerância. É irracional e trazem à tona o pior do caráter humano. Deve ser abordada através do sistema educacional, começando quando as pessoas são ainda jovens, porém capazes de compreender que a discriminação não é apenas intelectualmente irracional, mas também contraria os valores da democracia e a simples justiça.

16. Desenvolver resiliência quando a desigualdade cala as vozes

A igualdade política, que é fundamental para a democracia, compreende uma ampla gama de questões, entre as quais estão o direito a votar, a candidatar-se a um cargo e o acesso ao processo político. Também compreende a participação dos sindicatos e da sociedade civil, o acesso a meios de comunicação livres e o exercício dos direitos fundamentais. A igualdade política pode ser solapada pelas desigualdades socioeconômicas. Uma educação pública, gratuita e acessível para todos os cidadãos oferece a oportunidade perfeita para reduzir essas desigualdades. As escolas e os educadores podem desenvolver a resiliência com um currículo amplo que não apenas garanta a transmissão de conhecimentos, habilidades e valores adequados, mas também constitua uma base sólida para a aprendizagem permanente.

17. Abrir a escola à comunidade As escolas não são ilhas. Como diz o antigo provérbio africano, “é preciso uma aldeia inteira para educar uma criança”. Preparar os estudantes para viver em uma sociedade democrática inclusiva é um desafio educacional. Pode ser superado com sucesso quando as escolas convidam os

pais e as comunidades locais nas quais operam para desempenhar o papel que lhes corresponde. As associações com grupos comunitários, empresas e organismos locais não apenas podem ajudar a atingir os objetivos educacionais da escola, mas também podem fortalecer o compromisso da comunidade com a escola pública e fortalecer a democracia local.

18. Proteger a educação em prol do bem comum

A educação é um direito tanto individual como coletivo. Oferece a todas as pessoas a oportunidade de adquirir os conhecimentos e as habilidades necessários para desfrutar uma vida plena. Também é um instrumento da nação muito valioso para alcançar o crescimento econômico, o progresso social e o desenvolvimento democrático. A educação é um serviço social básico e um dos pilares básicos da democracia. Uma das principais responsabilidades dos governos é facilitar a prestação de uma educação de qualidade mediante a criação e o financiamento de sólidos sistemas educacionais públicos.

19. Manter o mercado a uma distância segura

Em muitos lugares, os sistemas educacionais públicos estão sendo desmantelados e subcontratados a empresas privadas. Há quem acredite que a educação pode ser prestada de uma forma mais barata e eficiente pelo livre mercado, preferentemente com menos pessoal, menos qualificado e com uma dose abundante de programas on-line uniformes para todos e provas padronizadas. Isso é uma ilusão. A transferência simplista de ideias procedentes do mundo empresarial, a introdução de tabelas de classificação, a remuneração de acordo com o desempenho e a categorização das escolas não melhorarão a qualidade da educação. O mercado tem um papel importante a ser desempenhado na construção dos edifícios escolares, na fabricação do equipamento escolar e na publicação de materiais de ensino e aprendizagem. No entanto, deveria ser marcado o limite para impedir que as empresas gerenciem as escolas com fins lucrativos e favoreçam a desigualdade social ou invadam o espaço profissional dos docentes e digam aos educadores o que devem ensinar e como devem fazê-lo.

20. Não permitir que os políticos interfiram na sala de aula

É responsabilidade das autoridades públicas estabelecer os objetivos e metas gerais para seus sistemas de educação. As escolas e os educadores, no entanto, devem ter autonomia na hora de aplicar os métodos pedagógicos e selecionar os materiais de ensino e aprendizagem que lhes ajudem a alcançar essas metas. Os políticos não devem interferir no trabalho profissional dos educadores prescrevendo os métodos e os conteúdos educacionais.

21. Fazer valer seus direitos

Proteger nossos sistemas democráticos significa dizer o que se pensa, engajar-se e fazer valer seus direitos e os de seus colegas e estudantes. O meio mais eficaz e sustentável para melhorar o futuro de nossos estudantes, a profissão e nossas comunidades continua sendo a ação coletiva através de sindicatos democráticos e independentes.

22. Proteger suas organizações e instituições democráticas

A democracia é algo mais que apenas um governo eleito democraticamente. Um movimento sindical independente, assim como uma imprensa independente e uma sociedade civil dinâmica e um sólido sistema educacional público, é um dos pilares sobre os quais repousam as sociedades democráticas. Em alguns países, não existe o direito a formar sindicatos independentes; em outros, os sindicatos são objeto de ataques ou seus direitos são restritos. As forças antidemocráticas muitas vezes desconfiam dos sindicatos democráticos representativos e de sua capacidade de mobilizar seus membros para exercer pressão sobre os governos e empregadores. Há muitas maneiras de solapar o funcionamento dos sindicatos livres, entre eles os sindicatos da educação, apresentando-os como organizações que estão contra a mudança e que não representam seus membros, não convidando os sindicatos representativos para as consultas de importância para seus membros ou enfraquecendo-os mediante o estabelecimento de associações alternativas.

23. Defender e ampliar seus direitos de negociação coletiva

A negociação coletiva é um direito que é fundamental para a democracia e para garantir que as sociedades, e não apenas as

eleições, sejam democráticas. A negociação coletiva na educação está intimamente relacionada com a qualidade da educação. Deslegitimar a negociação coletiva ou restringir seu alcance limita a democracia. Em alguns países, os sindicatos da educação, que são os guardiães e representantes da profissão docente, já não são considerados como interlocutores privilegiados para os debates da política educacional. Em algumas situações, uns “notáveis” escolhidos a dedo substituem os representantes eleitos dos educadores, o que torna muito menos provável que a experiência dos educadores contribua para a reforma da educação.

24. Insistir na aplicação das normas internacionais

Além das normas internacionais em matéria de direitos humanos e sindicais, protegidas pelas Nações Unidas e a Organização Internacional do Trabalho, existem normas globais para a profissão docente. Essas normas encontram-se estabelecidas na Recomendação da OIT/UNESCO relativa à situação dos profissionais docentes (1966) e a recomendação da UNESCO relativa à condição dos profissionais docentes do Ensino Superior (1997). Essas recomendações proporcionam as normas mundiais de maior autoridade para a profissão docente e são, talvez, ainda mais pertinentes agora que no momento de sua aprovação.

25. Ter orgulho de sua profissão

A profissão docente foi, em um determinado momento, descrita como “a mais nobre das profissões”. Em todo o mundo, com algumas notáveis exceções, os educadores estão trabalhando cada vez mais com contratos temporários, sua carga de trabalho está aumentando, seu espaço profissional está sendo reduzido, sua autonomia é questionada, seu acesso ao desenvolvimento profissional se vê limitado, os salários que recebem estão frequentemente abaixo do salário médio e, em alguns países, até mesmo carecem das qualificações, das aptidões, do apoio e dos materiais de aprendizagem necessários para ensinar e ensinar bem. Isto se chama “desprofissionalização”. Os governos que permitem o sucateamento da profissão docente colocam em risco o futuro de suas nações. Porém, os educadores, orgulhosos de sua profissão e suas organizações, não abandonarão seu lugar na linha de frente da democracia.



Education International
Internationale de l'Éducation
A Internacional da Educação
A voz mundial dos(as)le
docentes e dos funcionários
de apoio educacional.
Representamos trinta e dois
milhões de trabalhadores e
trabalhadoras da educação
em cerca de 400 organizações
de 170 países e territórios de
todo o mundo.

Sede

5 Boulevard du Roi Albert II,
1210 Bruxelas, Bélgica
+32 2 224 06 11
headoffice@ei-ie.org

www.ei-ie.org
@eduint



Para mais informações,
contate este com g
de obter mais in
informações pa
uma ligação ou a este
cartaz.

A Internacional da Educação faz 25 anos – Na linha de frente pela democracia